

A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Editora Contexto, 2008. 172 pp.

Por Laura Olivieri Carneiro de Souza¹

O propósito do autor nesta obra é compreender o homem comum em seu cotidiano, bem como as suas condições de atuação no processo histórico e, ainda, as possibilidades de conscientização ou alienação desse homem simples e também do seu fazer histórico. Como o fazer histórico e o cotidiano se relacionam? Como são vivenciados pelo homem simples, ou pelos homens, em sua sociabilidade e historicidade?

José de Souza Martins problematiza essas e outras questões da vida moderna a partir de uma concepção dialética de história, retomada de Marx mas atualizada para a contemporaneidade “anômala”. Segundo o autor, na abordagem dialética da modernidade atual, as incoerências, anomalias, paradoxos e limites são tão evidenciados que devem ser pensados como meios (ou mediações) da compreensão histórica e sociológica.

Para ele, o cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas e que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e, em primeira instância, decifrada no cotidiano. É nesse cotidiano e na sua historicidade (compreendendo-se aí as categorias de tempo, espaço e agentes sociais) que o homem deve buscar a sua emancipação.

A obra é composta por textos que se retroalimentam na forma de um grande mosaico intelectual, por isso os capítulos possuem completude individualmente, mas constituem um conjunto que pode se agrupar no todo ou em diversas combinações. Estruturalmente, divide-se em duas partes: a primeira

apresenta discussões sobre *modernidade*, *cotidiano* e *história* e seus entrecruzamentos; enquanto a segunda parte articula *história* e *memória*, tanto conceitualmente quanto na forma, uma vez que esta articulação se constrói por meio de duas entrevistas realizadas com o autor sobre os temas anteriormente discutidos no livro, mas sob o enfoque da sua própria experiência. Para fins didáticos, apresentaremos a obra pelas partes e pelos capítulos que a compõem.

1ª parte

O primeiro capítulo apresenta e discute as contradições da modernidade no Brasil, não sem antes evidenciar a concepção de modernidade do autor. Para Martins, pensar a modernidade implica questionar se a idéia de progresso teria levado ao entendimento do processo histórico como um acelerado escalonamento, relegando ao passado e ao residual (e marginal) todo o universo de práticas e expressões culturais anteriores ou diferentes das idéias de civilização correspondentes às ideologias positivistas e suas lógicas. No imaginário moderno não sobrava espaço e nem tempo para a vida rural e seus costumes, pois a cidade se sobrepôs ao campo; a construção da concepção de civilização descartou as manifestações da cultura popular. Nesse contexto capitalista industrial em vias de se mundializar, a própria pobreza ficou “sem lugar” na sociedade moderna. Foi, então, renegada e depositada no residual urbano: nas periferias e nas favelas.

Segundo o autor, no Brasil as construções positivistas republicanas tentaram sempre “civilizar” a nova nação capitalista, tentando renegar o passado escravista. Por essa razão, a realidade complexa da escravidão, suas expressões sócio-culturais e sua memória foram colocadas à margem da sociedade que se buscava imaginar e edificar. Ao invés de tentar solucionar o déficit social criado pela colonização escravista com relação à população afro-brasileira, os políticos nacionais, em nome do progresso e do lucro capitalista, relegaram para a marginalidade a cultura popular e a pobreza, bem como as suas memórias.

No entanto, apesar dessas tentativas civilizatórias, as desigualdades se expressam na dialética da historicidade e no cotidiano do homem moderno. Desse modo, as tradições e os costumes populares, bem como as históricas questões sociais, persistiram, sempre incomodando os planos dos diversos Liberalismos.

Dialeticamente, as expressões da pobreza se acentuaram a cada dia nos novos tempos. As manifestações do capital foram se revelando mais globalizadas

e difusas, mantendo a exploração do trabalhador, mas alterando a lógica dessa exploração. Ela quase não acontece mais nos limites da fábrica, opondo claramente duas classes antagônicas. Agora, as lutas de classes estão pulverizadas em interesses diversos e muitas vezes polarizados e incompatíveis, porém menos óbvios e palpáveis. Com a virtualidade do capital, ficou mais difícil localizar (e igualmente organizar a resistência) onde ocorrem a alienação do trabalhador, os lucros e juros, a mais valia...

O paroxismo da anomalia contemporânea seria a banalização do ser humano e a sua descartabilidade, intensificados desde o Holocausto. Para Martins, ali, o homem desrespeitou e descartou o seu semelhante tão tenazmente que o sentido essencial da humanidade foi perdido e precisa ser re-humanizado.

Por outro lado, a complexidade moderna criou também os processos de realização democrática, de justiça social e a busca da felicidade subjetiva. A modernidade se compõe no entrelaçamento dialético de diferentes tempos e espaços culturais, de distintos interesses sociais e culturais.

Na imbricação das contradições históricas da modernidade, os homens se tornaram sujeitos anômalos e inconclusos. Ou seja, mantiveram-se alienados dos mecanismos econômicos e sociais (e muitas vezes políticos) de seu próprio tempo.

Por tudo isso, para Martins “a questão é saber como a história irrompe na vida de todo dia”, na Modernidade atual. (p. 10). Ele explica: o cotidiano é a mediação que edifica as grandes construções históricas e que levam adiante a humanização do homem. A história é vivida e decifrada no cotidiano.

A idéia é trabalhar essas duas dimensões do processo social e histórico, que é reconhecer o cotidiano na História e a História no cotidiano, conjuntamente, simultaneamente. Quando falo ‘na história’ não estou falando na disciplina acadêmica, mas nos processos históricos, na historicidade do homem (p. 136).

O autor propõe a dialética como método de pesquisa social para pensar a modernidade. Para ele, é justamente quando a realidade se apresenta complexa e diversa que a justaposição das diferenças do método dialético ganha importância.

A partir desse ponto do livro (o segundo capítulo, que se inicia à p. 51) Martins retoma Karl Marx, inserindo-o no centro das discussões e conceituações, e também no âmago de sua concepção de história e de pesquisa social. Marx ganha coloridos diferentes com o autor, a partir da sua opção por fazer ressurgir o residual da e na História. O Marx retomado é também um sociólogo do cotidiano, menos

conhecido mas reconhecido em textos menos lidos e comentados. Henri Lefebvre é quem faz a ponte intelectual entre os dois autores.

No capítulo 4, Martins discute com a historiografia dos *Annalles* e o historiador brasileiro Ronaldo Vainfas a respeito do tema vida privada. Afirma que Georges Duby teria empobrecido a compreensão de vida cotidiana ao reduzi-la a “usos e costumes” e ao confiná-la à privacidade. Diz, ainda, que na modernidade anômala, a vida cotidiana se torna “cotidianidade”, ou seja, torna-se um cotidiano alienado de seus sentidos. É quando Martins declara a sua filiação às idéias de Lefebvre. Este autor, também francês e contemporâneo da nova historiografia francesa, leva em conta as contradições do processo histórico em sua concepção de cotidiano.

Uma outra oposição que o autor faz à historiografia dos *Annalles* diz respeito ao tempo longo (a *longa duração*) que a Nova História atribuiu à vida cotidiana. O autor acredita que a temporalidade da vida cotidiana atual não é a da duração, mas ao contrário, seria da ordem do instante.

Nesse aspecto (e também em outros momentos do livro), não pudemos deixar de notar algumas possibilidades ricas de diálogo de Martins com um outro pensador que muito apreciamos: Walter Benjamin. Mas ele não é citado no texto que agora analisamos, nem mesmo quando nosso autor nos fala de uma possibilidade redentora do passado, num espaço-tempo fugaz em que se realiza a pesquisa do residual histórico, com uma perspectiva dialética da vida cotidiana, em suas contradições e tensões do vivido e das experiências.

Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser. Para isso é preciso juntar os fragmentos, dar sentido ao residual, descobrir o que ele contém como possibilidade não realizada (p. 107).

No capítulo seguinte, Martins confessa a sua retomada de Marx e a via escolhida para a releitura do sociólogo clássico. O caminho percorrido pelo autor e pelo leitor ao longo desse momento do livro é aquele mesmo que o intitula: “As temporalidades da história e a dialética de Henri Lefebvre” (p. 97). No centro dessa retomada está o método dialético, como já mencionamos. Está também a noção de “formação econômico-social” (p. 99).

Trata-se de uma idéia que aparece ocasionalmente na obra marxiana, apenas indicada, para dar conta da sedimentação dos momentos da história humana (...).

Essa noção já carrega consigo, na descoberta de Lefebvre², o intuito de datação das relações sociais, a indicação de que as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade. Na realidade, coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas (p. 99-100).

A pobreza, nessa reinterpretação de Lefebvre, ganha um significado diverso daquele do tempo de Marx porque a modernidade atual optou e expressou o avanço econômico em detrimento do social, gerando um fosso entre o Ccapital e o trabalho. “A pobreza hoje é a pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para a sua libertação das carências que o colocam aquém do possível” (p. 103).

Nesse sentido, a Questão Social aqui é sugerida pela idéia de uma pobreza também virtual, além de material, da qual não se consegue sair a não ser pela humanização e pela emancipação do homem.

2ª parte

Ao passo que o capítulo anterior terminou de forma algo melancólica, a segunda parte do livro se abre com uma epígrafe bastante combativa. Um verso de Pedro Tierra convida o leitor para a discussão sobre história e memória:

“Inútil fechar os olhos,
Há um espinho cravado
na consciência da tarde” (p. 111)
In **Poemas do Povo da Noite**.

Martins aqui costura as relações entre história e vida cotidiana: “É no âmbito local que a história é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da História” (p. 117). A história é vivida e decifrada no cotidiano, o qual media a edificação das grandes construções históricas. A história local, diz o autor um pouco adiante, é uma “expressão particular e localizada das contradições históricas” (p. 117).

Antes de entrar na discussão da memória e seus nexos com a cultura, Martins nos indica que a sua opção metodológica e teórica (a de “observar a sociedade a partir da margem” p. 119) passou antes por uma opção “existencial”. Ele nos conta isso à p. 119, quando inicia o entrecruzamento do tema com as suas próprias memórias de infância em sua família camponesa.

O autor diz, (p. 130), que a memória nos fala justamente de relações e concepções sociais antigas, que perduram no tempo de hoje. A cultura não desaparece facilmente, sobretudo quando é orgânica numa determinada realidade. A memória das experiências passadas e dos antepassados se inscreve nos gestos, nos ritos, nos gostos, nos ritmos, no espiritual... E isso nem sempre é registrado na documentação escrita. Sobretudo quando a população é considerada marginal ao sistema, o que ocorre com os pobres e oprimidos históricos.

A memória, segue Martins, não é um substituto do documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas nos documentos oficiais (p. 127). Portanto, trabalhar a memória como documento implica repensar o que é História: “Para eles, o sujeito da História não era o indivíduo do contrato social. Mas, o sujeito imortal que perdura ao longo das gerações no trabalho e na consciência de filhos e netos” (p. 121).

Aqui, acompanhando a lógica e a concepção sociológica do autor, podemos afirmar que até mesmo o sujeito histórico sai do residual (alienação) onde estava inscrito na historiografia tradicional e se torna memorável pela memória social. Torna-se, no cotidiano e na sua localidade, um protagonista de seus processos históricos, podendo, assim, exercer a sua emancipação social, seja essa emancipação uma construção presente ou posterior (reconstruída a partir da memória de gerações vindouras).

Numa perspectiva verdadeiramente dialética é necessário antes de tudo ter em conta que a chave explicativa que dá sentido ao curso da História está na contradição entre o homem e sua obra, na relação alienada entre aquilo que ele quer ser e aquilo que ele faz; no desencontro que cria necessidades radicais, isto é, necessidades que só podem ser satisfeitas mediante profundas transformações sociais (p. 131-132).

No último capítulo do livro, intitulado “Por uma sociologia sensível”, Martins diz que “o que estou fazendo é uma sociologia da vida cotidiana” (p. 135), trabalhando o pressuposto de que a vida cotidiana não é um resíduo desprezível da realidade. “Ela domina a vida social no mundo moderno e, ao mesmo tempo, tornou-se mediação fundamental na historicidade da sociedade moderna” (p. 135).

O autor nos diz, provavelmente homenageando Ecléa Bosi, a quem dedica o livro³: Para o homem comum, os acontecimentos que ficam na memória são os que têm importância para ele. O que nos faz lembrar do aforisma de Ecléa em *Lembranças de Velhos: memória e sociedade*: “Fica o que significa”.

Nesse marco sensível, a pesquisa tem que ser empírica e orientada de maneira inteligente pois não basta ser “uma mera e prosaica coleta de dados” (p. 139). Há de se saber interpretar, independente do tipo da documentação utilizada, pois “a verdadeira dialética não impugna nada, ela investiga e explica” (p. 143).

Desse modo, “ao sociólogo cabe apenas desvendar a circunstância historicamente precisa de falas e atos, para captar-lhes o verdadeiro sentido, referi-los às ocultações do processo social” (p. 140).

Podemos, enfim, dizer que o livro *A Sociabilidade do Homem Simples* nos oferece duplamente o caminho de uma concepção dialética de história e uma metodologia de pesquisa social. A sociologia sensível de José de Souza Martins está imbricada com a História (enquanto passado e como devir) e visa à emancipação dos homens e à humanização da sociedade.

A História, isto é, a criação social, se cumpre na práxis que emancipa o homem dessas limitações e dessa pobreza (...) A criação social depende de que o homem se aproprie de seu destino, de algum modo, ainda que limitado, segundo as possibilidades do momento histórico. O homem se produz na História, produzindo sua sociedade, suas relações sociais, insurgindo-se contra os poderes que o subjugam: a dominação e os cerceamentos políticos, a pobreza, os bloqueios nos acessos às grandes inovações culturais referidas à universalidade do gênero humano (p. 147-148).

Notas

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Historiadora, mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio. laura@unito.com.br.
- 2 Antes desse trecho que reproduzimos, Martins dissera que “Lefebvre descobriu que a tese de A Ideologia Alemã ganha consistência numa noção mal formulada, na obra de Marx: a de formação econômico-social” (p. 99).
- 3 Martins dedica o livro à Ecléa e Alfredo Bosi.

Recebido em setembro de 2010, aceito para publicação em novembro de 2010.